

**IV Conferência Internacional de Políticas
Públicas e Ciência de Dados
Livro de Resumos Alargados**

Mirandela | 21-23 Maio. 2026

livro de resumos

Título

IV Conferência Internacional de Políticas Públicas e Ciência de Dados:

Livro de Resumos Alargados

Editores

Bernadete Bittencourt, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Cláudia S. Costa, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Clarisse Pais, Instituto Politécnico de Bragança

Jean Mercereau, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Márcio Martins, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Roberto Vaz, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Sónia P. Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Susana Ferreira dos Santos, Instituto Politécnico de Bragança

Design Ferdinando Silva

Tema

Territórios e Sociedades em Rede

Edição

Instituto Politécnico de Bragança

Editorial

Localidade: Bragança, Portugal

Ano: 2026

ISBN: 978-972-745-371-9

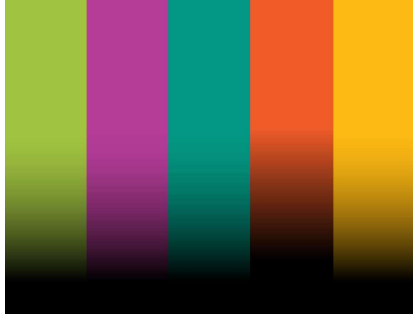
DOI: 10.34620/978-972-745-371-9

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/35928>



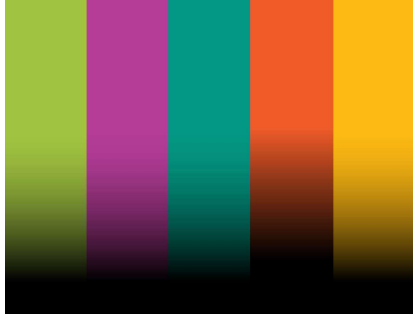
Mirandela . 2026





Índice

<i>CHAIRS.....</i>	<i>6</i>
<i>COMISSÃO ORGANIZADORA</i>	<i>6</i>
<i>COMISSÃO CIENTÍFICA</i>	<i>7</i>
<i>Ciência de dados na análise do desempenho avaliativo de escolas estaduais segundo oferta, gestão e contexto escolar.....</i>	<i>9</i>
<i>AI for Anti-Money Laundering: the rise of large language models and agentic AI.....</i>	<i>12</i>
<i>Vulnerabilidade social, território e acesso à justiça: uma análise de clusters aplicada ao planejamento da expansão da Defensoria Pública no Paraná</i>	<i>15</i>
<i>Governança pública e diplomacia científica: o papel estratégico das instituições de ensino superior</i>	<i>18</i>
<i>Incidência de dengue e condições de vida em Curitiba: uma abordagem da ciência de dados aplicada à classificação de bairros.....</i>	<i>22</i>
<i>A Governança do Financiamento Municipal ao Desporto: Critérios e Desafios</i>	<i>35</i>
<i>Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) da União Europeia (UE): implicações para o Brasil.....</i>	<i>43</i>
<i>Use of CNEFE in the formulation of mitigation measures for damages associated with hydrometeorological events: evidence from recent literature.....</i>	<i>48</i>
<i>Ações afirmativas na pós-graduação pública brasileira: a interface entre políticas públicas e autonomia universitária.....</i>	<i>52</i>
<i>Fiscal Performance Patterns and Classification of Municipal Governments in Paraná: a Data Science Approach</i>	<i>57</i>
<i>Transforming unstructured public expenditure data into open government resources: a web scraping framework</i>	<i>63</i>
<i>Políticas públicas de habitação na percepção dos atores relevantes: uma análise à luz da justiça social, da governança multinível e da avaliação de políticas públicas</i>	<i>68</i>
<i>Natural language processing and colorectal cancer: automated systematic review of trends in prediction algorithms and main risk factors</i>	<i>74</i>
<i>Poderá a Data Envelopment Analysis (DEA) ser um bom método para a avaliação de políticas públicas educativas cofinanciadas?.....</i>	<i>79</i>
<i>Entre norma e prática: a execução do 1.º Direito à luz dos seus princípios orientadores</i>	<i>85</i>
<i>Modelo preditivo de interações por agressão: uma proposta</i>	<i>91</i>
<i>Instituições e Participação Social no Planejamento Orçamentário Municipal: implicações para o Desenvolvimento Local a partir do caso das Deliberações Conferenciais e Emendas Impositivas da Assistência Social</i>	<i>102</i>



A Governação do Financiamento Municipal ao Desporto: Critérios e Desafios

Nuno P. Teixeira¹, Sónia P. Nogueira², Ana Sofia Coelho³

¹ Instituto Politécnico de Bragança

² UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

³ CITED, Instituto Politécnico de Bragança

Palavras-chave: Políticas públicas desportivas; Contratos-programa de desenvolvimento desportivo; Apoio financeiro; Desporto

Objetivos

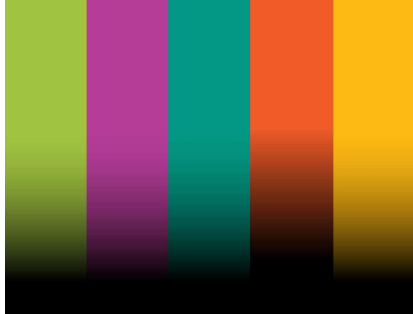
A importância do papel das políticas públicas no desporto verifica-se no sentido de oferecer o direito à prática desportiva igual para todos e desta forma garantir uma atuação coerente e eficiente na promoção do desporto, aproveitando e otimizando os recursos financeiros disponíveis. Essas políticas públicas podem ser materializadas de várias formas, entre as quais, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

Em Portugal, a relevância do desporto tem vindo a ser progressivamente reconhecida no plano político e legislativo, conforme demonstra a evolução da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro¹. Este diploma consagra o desporto como um direito fundamental e uma responsabilidade partilhada entre o Estado, as autarquias, o setor associativo e os cidadãos, indo ao encontro do consagrado na Constituição da República Portuguesa.

No entanto, a concretização de políticas públicas desportivas locais eficazes, depende de múltiplos fatores: (i) da articulação entre os clubes desportivos e as autarquias locais, (ii) da sustentabilidade, (iii) dos apoios financeiros, (iv) da capacidade de mobilização do tecido associativo e (v) da adequação das estratégias às realidades locais. Assim, neste âmbito, será o Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo a dar resposta a esta relação.

Os contratos-programa permitem às entidades públicas, designadamente aos municípios, estabelecer parcerias com clubes, associações ou outras entidades promotoras da atividade física e do desporto, definindo objetivos concretos, metas a atingir, indicadores de avaliação e montantes de apoio

¹ Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. Diário da República n.º 11, Série I de 16-01-2007. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-58896796>



financeiro. Constituem, assim, uma ferramenta fundamental para assegurar uma gestão racional e transparente dos apoios públicos, promovendo simultaneamente a corresponsabilização dos agentes desportivos.

Neste contexto, torna-se pertinente refletir sobre este modelo de apoio, mas também sobre os principais desafios à sua implementação e à oportunidade de melhoria das políticas públicas desportivas em Portugal, com especial enfoque ao papel dos contratos-programa enquanto instrumento de política local.

A literatura considera que o conceito de atividade e desporto não são idênticos (e.g., Dasso, 2019; Siscovick et al., 1985). Nesse sentido, entendeu-se ser pertinente tentar perceber como é que os estudos académicos realizados em Portugal e demais documentos oficiais utilizam e adotam estes dois conceitos.

Pretendeu-se com este trabalho ter uma maior compreensão sobre a forma como são atribuídos os apoios à prática desportiva pelos municípios referidos e ter um entendimento sobre quais são os critérios que estão na base dessa atribuição.

Este estudo pretendeu ainda contribuir para a literatura no sentido de propor sugestões de melhoria em prol de uma oferta equitativa e transparente para todos os cidadãos, e consequentemente promover a coesão territorial.

The Governance of Municipal Funding for Sport: Criteria and Challenges

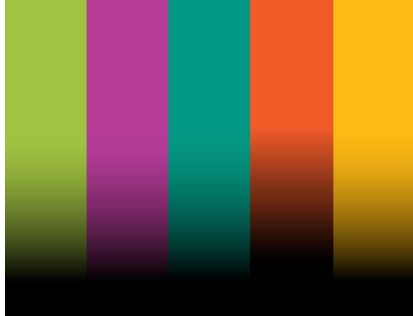
Keywords: Public sports policies; Sports development programme contracts; Financial support; Sport

Objectives

The importance of public policies in sport lies in offering equal rights to participate in sport for all and thus ensuring consistent and efficient action in promoting sport, taking advantage of and optimising the financial resources available. These public policies can be implemented in various ways, including through the signing of sports development programme contracts.

In Portugal, the importance of sport has been progressively recognised at political and legislative level, as demonstrated by the evolution of the Basic Law on Physical Activity and Sport, Law Nº. 5/2007 of 16 January. This law enshrines sport as a fundamental right and a responsibility shared between the State, local authorities, associations and citizens, in line with the provisions of the Constitution of the Portuguese Republic.

However, the implementation of effective local sports policies depends on multiple factors: (i) coordination between sports clubs and local authorities, (ii) sustainability, (iii) financial support, (iv)



the ability to mobilise associations, and (v) the suitability of strategies to local realities. In this context, the Legal Framework for Sports Development Programme Contracts will address this relationship. Programme contracts enable public entities, namely municipalities, to establish partnerships with clubs, associations or other entities promoting physical activity and sport, setting specific objectives, targets to be achieved, evaluation indicators and amounts of financial support. They are therefore a fundamental tool for ensuring the rational and transparent management of public support, while promoting the shared responsibility of sports agents.

In this context, it is pertinent to reflect on this support model, but also on the main challenges to its implementation and the opportunity to improve public sports policies in Portugal, with a special focus on the role of programme contracts as a local policy instrument.

The literature considers that the concepts of activity and sport are not identical (e.g., Dasso, 2019; Siscovick et al., 1985). In this sense, it was considered pertinent to try to understand how academic studies carried out in Portugal and other official documents use and adopt these two concepts.

The aim of this study was to gain a better understanding of how support for sports activities is allocated by the municipalities mentioned and to understand the criteria on which this allocation is based.

This study also aimed to contribute to the literature by proposing suggestions for improvement in order to ensure fair and transparent provision for all citizens and, consequently, to promote territorial cohesion.

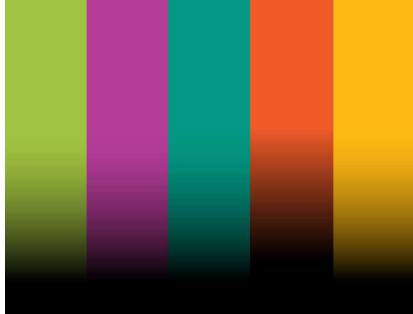
Metodologia

A estratégia de investigação proposta para este estudo assenta num paradigma interpretativista e seguirá uma abordagem qualitativa.

Corbin e Strauss (2008) assinalam que o paradigma interpretativista na pesquisa qualitativa valoriza a interpretação e as opiniões pessoais, procurando revelar as complexidades e nuances das experiências humanas dentro dos seus contextos sociais e culturais. Os mesmos autores afirmam que é a capacidade do investigador de ser flexível, de mudar de ideias e de considerar novas ideias que permite que as conclusões obtidas através da investigação qualitativa sejam convincentes e relevantes e que as técnicas e os procedimentos sejam ferramentas e não diretivas. A ideia de que a “viagem” ou o processo através do qual o investigador chega à sua compreensão é crucial para melhorar a prática da investigação qualitativa (Packer-Muti, 2016).

A opção adotada pelo paradigma interpretativista para o presente estudo deve-se à temática das políticas desportivas e da sua extrema importância junto das populações locais e ao tipo de questões que nele pretende abordar, de natureza aberta, global e de perceção.

A investigação foi dirigida aos municípios de média dimensão, ou seja, com população maior que 20



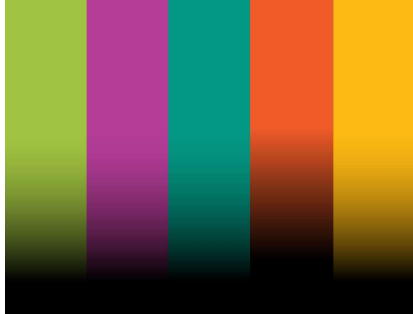
000 e menor ou igual a 100 000 habitantes (Carvalho et al., 2004), relativo ao ano de 2022, pertencentes à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - NUTS III Alto Tâmega e Barroso e NUTS III Terras de Trás-os-Montes. Conforme os dados fornecidos pela PORDATA (2024), são elegíveis os municípios de Chaves, Bragança e Mirandela, com 37.366, 34.857 e 21.315 habitantes, respetivamente.

Realizou-se uma análise de conteúdo da documentação oficial, nomeadamente: as grandes opções do plano; os regulamentos municipais, os contratos-programa de desenvolvimento desportivo celebrados nos municípios em análise, e os relatos financeiros e orçamentais, em particular as demonstrações da posição financeira e a demonstração dos resultados. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas aos Presidentes e/ou Vereadores do desporto dos municípios, atento às grandes opções do plano, à definição das políticas públicas municipais e à exclusiva competência do órgão Câmara Municipal em celebrar contratos-programa. Neste âmbito, procedemos às entrevistas com perguntas referentes aos critérios tomados em consideração para a seleção e atribuição dos contratos-programa na prossecução dos desafios estratégicos e objetivos definidos nas políticas públicas desportivas municipais. Esse formato permite uma interação mais natural e espontânea, ao mesmo tempo que mantém um certo grau de estrutura para garantir a consistência na informação recolhida. Adicionalmente, as entrevistas semiestruturadas permitem que o entrevistado se envolva de forma mais humana, respondendo a perguntas, expressando sentimentos e permitindo respostas abertas, o que pode levar a uma maior compreensão, por parte do entrevistador, e enriquecer os dados recolhidos (Fontana & Frey, 2008).

Principais resultados e contributos

Os resultados obtidos permitiram constatar que os municípios que participaram neste estudo adotam uma abordagem regulada à atribuição de apoios financeiros, embora com níveis distintos de sistematização. No município de Mirandela, o regulamento municipal apresenta um modelo de pontuação estruturado, com critérios claramente definidos e diferenciados por escalões, modalidades e enquadramento técnico. Valoriza-se, por exemplo, a formação de jovens atletas, o desporto feminino e o apoio a atletas com deficiência. Já, no município de Chaves, embora existam normas orientadoras e aplicação do Regime Jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo, os resultados parecem indicar que a atribuição de apoios é mais flexível e é negociada caso a caso, com uma maior margem discricionária.

A lógica de elegibilidade também apresenta diferenças. O município de Chaves concentra um maior apoio nos clubes com maior expressão competitiva, enquanto que o município de Mirandela mantém um critério distributivo mais equitativo, ajustado à realidade federativa e ao número de atletas federados, contudo, os resultados parecem indicar um pontual desequilíbrio, como é o caso do Clube



de Ténis de Mesa de Mirandela.

Os resultados obtidos revelam dois modelos de apoio desportivo local com diferentes graus de formalização e orientação estratégica. Ambos evidenciam um compromisso com a promoção do desporto, mas diferem nas abordagens adotadas: enquanto o município de Mirandela segue um modelo técnico, regulado e orientado para a igualdade de oportunidades e até para a equidade, o município de Chaves opta por uma abordagem mais pragmática, adaptada à dimensão e ao histórico de cada clube.

Esta investigação contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre a forma como as políticas públicas desportivas locais são operacionalizadas no contexto municipal, nomeadamente através da atribuição de apoios financeiros. A análise crítica dos critérios utilizados nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo permite identificar práticas diferenciadas de gestão pública, evidenciando como os apoios podem ser orientados para reforçar a equidade no acesso à prática desportiva e à coesão social.

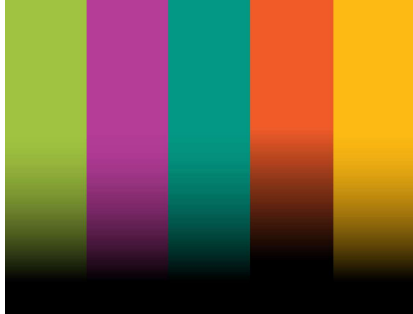
A originalidade do estudo reside na sua abordagem territorial comparativa, ao focar municípios de média dimensão do interior norte de Portugal (NUTS III Alto Tâmega e Barroso e Terras de Trás-os-Montes), contribuindo para a valorização do desporto enquanto instrumento de desenvolvimento local e promoção da identidade territorial. Ao demonstrar que o financiamento ao desporto, quando estrategicamente estruturado, pode promover não só a inclusão e a saúde, mas também o sentimento de pertença e a identidade coletiva, este trabalho posiciona o desporto como um agente ativo na construção dos territórios.

Discussão

Da análise comparativa dos municípios em estudo permitiu evidenciar que, embora exista um objetivo comum da promoção e desenvolvimento local com processos complexos e que se desenvolvem em vários níveis de ação e de decisão (Araújo & Rodrigues, 2017), a operacionalização das políticas públicas desportivas assume configurações distintas, refletindo distintas conceções estratégicas sobre o papel do poder local.

Ficaram assim evidenciados dois modelos distintos: um mais flexível e centrado na gestão discricionária, Município de Chaves, e outro mais normativo, com base em critérios técnicos e quantificáveis, Município de Mirandela. Ambos os modelos procuram assegurar equidade, mas divergem quanto ao grau de formalização dos processos.

Devem os municípios elaborar planos municipais onde sejam estabelecidas as estratégias, no âmbito do desporto municipal, como forma de procurar aumentar os níveis de participação e os meios a empregar (Carvalho et al., 2023), contudo, nos municípios em foco, não foi possível perceber esse



plano, existindo uma lógica de atuação que parece mais relacional do que normativa, o que pode garantir proximidade com as coletividades, proximidade defendida por Gonçalves & Correia (2004) e Januário et al. (2009, 2010), mas também introduz riscos de assimetria na aplicação dos critérios, aliás, como parece indiciar de facto a distribuição de fundos.

Limitações

Embora este estudo apresente contribuições importantes para a aplicação prática, apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, o número reduzido de casos objeto de estudo, acrescendo ainda que apenas dois municípios se mostraram disponíveis para a entrevista aos decisores políticos e apenas um município se disponibilizou totalmente para consulta de documentos, o município de Mirandela. Também o limite temporal não tivesse contribuído para a realização do estudo no município de Bragança.

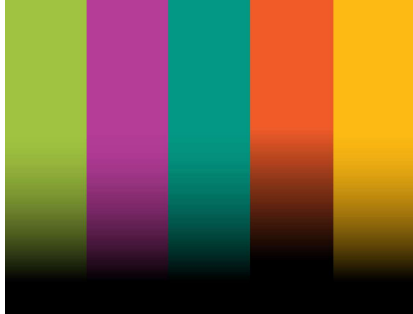
Em segundo lugar, a análise baseou-se em entrevistas com responsáveis institucionais, decisores políticos, o que pode não refletir integralmente a perceção das próprias entidades desportivas beneficiárias ou de outros atores relevantes, como treinadores ou atletas. Além disso, embora se tenha procurado garantir uma abordagem compreensiva, a análise assentou também em dados relatados pelos entrevistados, pelo que podem estar sujeitos a enviesamentos ou limitações de memória.

Conclusões

Na literatura de Administração Pública existente, embora refira a importância de estudos académicos na Política Pública Desportiva (e.g., Figueira & Teixeira, 2021; Guerreiro et al., 2024; Mestre, 2022), os estudos académicos nesta área ainda se encontram numa fase incipiente.

O presente trabalho de investigação permite concluir que, apesar das diferenças de abordagem, ambos os municípios reconhecem a importância do desporto como vetor de coesão social, saúde pública e dinamização territorial. Os dados recolhidos permitem identificar algumas boas práticas que podem ser replicadas, bem como lacunas que justificam a necessidade de uma reflexão contínua sobre os modelos de financiamento do desporto local em Portugal.

Este estudo contribui para uma análise comparativa de atribuição igualitária dos contrato-programa, identificando categorias e subcategorias importantes para análise das atribuições de apoios financeiros a entidades desportivas em diferentes municípios. Esta análise qualitativa realizada permitiu compreender em profundidade os processos, critérios e perceções associadas à atribuição de apoios financeiros às entidades desportivas nos municípios de Bragança, Chaves e Mirandela. Através das entrevistas semiestruturadas a responsáveis autárquicos diretamente envolvidos na área do desporto, foi possível identificar práticas diferenciadas, mas também pontos comuns, nomeadamente o papel



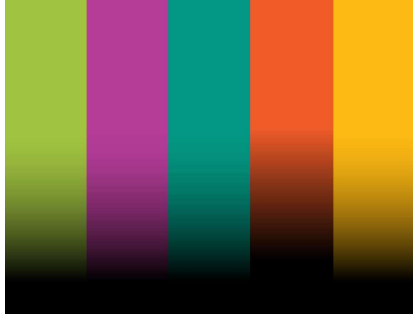
central dos regulamentos municipais, a importância dos critérios técnicos e sociais na avaliação das candidaturas, e a crescente preocupação com a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos públicos.

A atribuição de apoios às entidades desportivas nos municípios de Chaves e Mirandela segue orientações e critérios distintos, ajustados às realidades locais e às prioridades estratégicas de cada autarquia, segundo as mesmas, evidenciando diferentes formas de valorização do tecido desportivo local.

Esta comparação evidencia duas abordagens distintas: uma mais centralizada e seletiva, Chaves, com enfoque na formalização dos apoios e cumprimento de metas; e outra mais abrangente e promotora da equidade, Mirandela, que procura compensar desigualdades estruturais no acesso e participação desportiva, nomeadamente através da valorização da formação feminina, da inclusão e do mérito.

Referências bibliográficas

- Araújo, L., & Rodrigues, M. D. L. (2017). Modelos de análise das políticas públicas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 11–35. <https://doi.org/10.7458/SPP2017839969>
- Carvalho, J. B. da C., Fernandes, M. J., Camões, P., & Jorge, S. M. F. (2004). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2003*.
- Carvalho, M., Ferreira, J., Sousa, M., & Paípe, G. (2023). As cidades europeias do desporto da região norte de Portugal: implicações no desenvolvimento do desporto local. *Retos*, 47, 978–985. <https://doi.org/10.47197/retos.v47.95053>
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory* (Inc. SAGE Publications, Ed.; 3rd ed.). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/https://doi.org/10.4135/9781452230153>
- Dasso, N. A. (2019). How is exercise different from physical activity? A concept analysis. *Nursing Forum*, 54(1), 45–52. <https://doi.org/10.1111/nuf.12296>
- Figueira, T., & Teixeira, M. (2021, May 15). Políticas públicas de desporto: estudo sobre municípios da área metropolitana de Lisboa. https://www.researchgate.net/publication/361967924_Políticas_publicas_de_desporto_estudo_sobre_municipios_da_area_metropolitana_de_Lisboa/references
- Fontana, A., & Frey, J. (2008). Collecting and interpreting qualitative materials. In N Denzin & Y Lincoln (Ed.), *Interviewing: The art of science* (pp. 361–376). Sage Publications.
- Gonçalves, C., & Correia, A. (2004). *Posicionamento Das Modalidades Desportivas*



- Segundo Os Praticantes. Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. *Revista Portuguesa de Ciências Do Desporto*, 2004, Vol. 4, No 2 (Suplemento) [331–344], 331–344. https://rpcd.fade.up.pt/_arquivo/RPCD_vol.4_nr.2.pdf
- Guerreiro, J. F., Sesinando, A. D., & Teixeira, M. C. (2024). Autarquias Locais e Desporto: Financiamento público dos municípios ao Desporto em Portugal. In *Autarquias Locais e Desporto: Financiamento público dos municípios ao Desporto em Portugal*. Atena Editora. <https://doi.org/10.22533/at.ed.430240703>
- Januário, C. F., Sarmiento, J. P., & Carvalho, M. J. (2009). Políticas públicas desportivas: avaliação do nível de execução e eficácia nos municípios da Área Metropolitana do Porto. *Revista Portuguesa de Ciências Do Desporto*, 9(2 Supl. 1), 26–32. <https://doi.org/10.5628/rpcd.09.02s1.26>
- Januário, C. F., Sarmiento, J. P., & Carvalho, M. J. (2010). Políticas públicas desportivas: “desporto para todos” vs “desporto de elite.” *Revista Portuguesa de Ciências Do Desporto*, 10(3), 31–48. <https://doi.org/10.5628/rpcd.10.03.31>
- Mestre, B. (2022). Políticas Públicas de Desporto: Estudo de caso do município de Almada. Universidade de Évora (Portugal).
- Packer-Muti, B. (2016). A Review of Corbin and Strauss’ Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory. *The Qualitative Report*. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2009.2838>
- PORDATA. (2024). População residente: total e por grandes grupos etários. In PORDATA – INE - Estimativas Anuais da População Residente. Dados obtidos em <https://www.pordata.pt> a 19-12-2024
- Siscovick, D. S., Laporte, R. E., Newman, J., Health ; Iverson, D. C., & Fielding, J. E. (1985). Physical Activity, Exercise, and Physical Fitness: Definitions and Distinctions for Health-Related Research Synopsis. In *Public Health Rep* (Vol. 100). <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1424733/>